

NOTAÇÕES SOBRE A ESCRITA DA HISTÓRIA SEGUNDO MICHEL FOUCAULT A PARTIR DAS LEITURAS E EXPOSIÇÕES DE DURVAL MUNIZ DE ALBUQUERQUE JR.

Jefferson Ramalho⁸

RESUMO

Este artigo pretende apresentar algumas anotações, ideias e conclusões às quais chegamos após as exposições do professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr (UFRN), em seu curso *O sorriso de Clio: Michel Foucault, História e Gênero*, ministrado durante o primeiro ciclo da disciplina História Cultural, no 2º semestre de 2014, no IFCH-UNICAMP, sob responsabilidade da professora Dra. Margareth Rago. Optamos por, no presente artigo, privilegiar as abordagens desenvolvidas nas duas primeiras sessões, quando o professor Durval tratou dos temas “Experimentações: o acontecimento, as emergências, as experiências, os problemas” e “Ações: práticas, jogos, deslocamentos, empiricidades.”

Palavras chave: Michel Foucault, experimentações, acontecimento, ações, discurso.

ABSTRACT

This article intends to present some notes, ideas and conclusions that we reached after the presentations by Professor Dr. Durval Muniz de Albuquerque Jr (UFRN), in his course *The smile of Clio: Michel Foucault, History and Gender*, taught during the first cycle of the Cultural History discipline, in the 2nd semester of 2014, at IFCH-UNICAMP, under the responsibility of Professor Dra. Margareth Rago. We chose, in this article, to focus on the approaches developed in the first two sessions, when Professor Durval addressed the themes “Experiments: the event, emergencies, experiences, problems” and “Actions: practices, games, displacements, empiricities. ”

Keywords: Michel Foucault, experiments, event, actions, discourse.

⁸ Jefferson Ramalho é pós-doutorando pelo Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciência da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) sob a supervisão do professor Dr. Fernando Torres-Londoño, doutor em História Cultural pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), mestre em Ciência da Religião (PUC-SP), licenciado em História pelo Centro Universitário Assunção (UNIFAI) e bacharel em Teologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (MACKENZIE). Contato: cafeacademico@yahoo.com.br

INTRODUÇÃO

Para iniciar nossas anotações sobre a historiografia no pensamento de Michel Foucault a partir das exposições de Durval Muniz de Albuquerque Jr., professor na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, vale reproduzir suas primeiras palavras na sessão de abertura do curso *O sorriso de Clio: Michel Foucault, História e Gênero*, ministrado durante o primeiro ciclo da disciplina História Cultural, no segundo semestre de 2014, no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, na UNICAMP.

60

Na primeira sessão, intitulada *Experimentações: o acontecimento, as emergências, as experiências, os problemas*, Durval começou dizendo: “Não há um esquema ou modelo prévio de interpretação historiográfica em Foucault.” Com essas palavras iniciava uma sequência de oito sessões, nas quais foram explorados textos e temas foucaultianos de elementar importância para uma compreensão do pensamento do intelectual francês nascido em 15 de outubro de 1926 e morto em 25 de junho de 1984.

A partir dessa frase de Durval, começa ficar claro o caminho a ser seguido para que cheguemos à identificação do modo como Foucault entende o trabalho historiográfico. Cada assunto a ser investigado possuirá um conceito extraído da documentação estudada e avaliada por ele próprio. Assim, para Foucault, bem mais que conceitos prévios, o que há são conceitos resultantes de um processo de pesquisa.

SOBRE AS EXPERIMENTAÇÕES

A primeira contribuição de Foucault para a historiografia, conforme apontou Durval, estava no fato de que mesmo sendo filósofo, ele pensava os conceitos de maneira histórica. Nesse sentido, Foucault interessava-se pelos arquivos, não querendo reafirmar aquilo que já se sabia, muito menos adotando conceitos considerados centrais ou mostrando-se adepto de um modelo de racionalidade do tipo universal.

Se há uma questão importante na trajetória intelectual de Foucault que deve ser mencionada desde já é que, mesmo elaborando a cada obra um novo aparato conceitual, ele não quis torná-los universais. Não há verdade conceitual absoluta ou objetiva a ser defendida no pensamento de Foucault. Fazer isso, a partir de uma leitura de sua obra, seria uma grande contradição, uma negação da sua própria noção de conhecimento:

Não quero universalizar o que digo: e, inversamente, o que não digo, não o recuso, não o tenho forçosamente como não essencial. Meu trabalho está entre pedras de espera e pontos de suspensão. Gostaria de abrir um canteiro, tentar, e se eu falhar, recomeçar de

outro modo. [...] O que digo deve ser considerado como proposições, “ofertas de jogo”, às quais aqueles a quem isso possa interessar estão convidados a participar; não são afirmações dogmáticas a tomar em bloco. Meus livros não são tratados de filosofia nem estudos históricos; no máximo fragmentos filosóficos em canteiros históricos.⁹

Há, portanto, um recorte específico em cada pesquisa, sendo cada trabalho uma nova abordagem, trazendo novas percepções, novos resultados. Com isso percebemos o quanto é importante a noção de *devoir* no pensamento de Foucault. A mudança na forma de pensar, para ele, parece algo absolutamente natural e necessário. E, mais do que isso, é importante que o pesquisador continue investigando para sempre mudar a si mesmo.

61

A experiência, em Foucault, é aquilo que vem, provoca mudança e marca a construção do pensamento. Este, por sua vez, na condição de saber, é feito para chocar, para cortar, para provocar rupturas. Por isso, entende-se aqui a experiência como algo temporal e subjetivo.

Na escrita da história, portanto, o essencial é que sejam abandonados os esquemas prévios. O que pode ser visto na trajetória de Foucault é um intelectual que não partia das noções e dos conceitos para chegar à documentação, mas, ao contrário, que escavava a documentação para chegar às noções e aos conceitos. Se há conceitos diferentes, de épocas distintas, é porque não são as mesmas categorias. Qual o efeito concreto disso na historiografia?

Uma personagem histórica não aparecerá na produção historiográfica conforme efetivamente foi, mas como o historiador a vê, a interpreta e a constrói por meio da escrita. Por essa razão é que um objeto histórico precisa ser investigado, identificado e descoberto. O trabalho do historiador, portanto, é experimental, partindo sempre do documento, do arquivo, que será a princípio questionado, problematizado.

Quando o historiador se depara com um arquivo, este não precisa já ter sido estudado ou ao menos estar organizado. Ao contrário, um arquivo pode ser encontrado em estado caótico, desordenado, o que implicará na primeira problematização do historiador: por que o documento se encontra dessa maneira? Caberá, com isso, ao próprio historiador reorganizar o arquivo, identificando alterações, subtrações, mudanças e destruições parciais. Assim serão dados os primeiros passos da pesquisa.

As primeiras lacunas do arquivo investigado começarão a surgir pois, em uma pesquisa dessa natureza, serão nelas que por muitas vezes diversas informações acabarão por ser descobertas. Aqui surge o que, no pensamento foucaultiano, pode ser chamado de arqueologia do acontecimento. A questão é que em Foucault, devido à forte influência nietzschiana em sua formação intelectual, desaparece a ideia de teleologia da História e assim, como consequência, as lacunas passam a revelar muitas coisas.

SOBRE A ARQUEOLOGIA DO ACONTECIMENTO

⁹ FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: *Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 336.

Foucault, além de nietzschiano, era anti-historicista, portanto, não havia para ele um futuro previsível, o que o diferenciava tanto da hegeliana Filosofia da História como do marxista Materialismo Histórico. Para essas correntes, cada qual em sua forma de construção e interpretação, a história tem seus destinos e finalidades. Para Foucault, ao contrário, o que existe não é um fim, uma finalidade, um *telos*, mas um abismo.

Diante disso, não fundamentado numa preocupação historicista, Foucault irá propor que os historiadores voltem a valorizar o acontecimento. Afirmava-se, é claro, que contar o acontecimento seria sinal de positivismo historiográfico. No entanto, Foucault não deixa de reconhecer que a história se passa e se faz nos acontecimentos, e que o historiador é aquele que atua como uma espécie de profissional do acontecimento.

Nesse sentido é que se encontra sua diferença em relação à valorização ao acontecimento atribuída pelos positivistas tradicionais. Foucault, diferentemente, quer dizer que não são os fatos em si, mas os conceitos, as ideias e as formas de discurso que devem ser consideradas acontecimentos. Assim, romances, pinturas, esculturas, entre outras tantas expressões intelectuais e, sobretudo, artísticas, são acontecimentos de suas próprias épocas de produção. O próprio Foucault define o que ele chama de acontecimentalização:

Procuo trabalhar no sentido de uma “acontecimentalização”. Se o acontecimento foi, durante um tempo, uma categoria pouco avaliada dos historiadores, pergunto-me se, compreendida de uma certa maneira, a “acontecimentalização” não é um procedimento de análise útil. O que se deve entender por “acontecimentalização”? Uma ruptura absolutamente evidente, em primeiro lugar. Ali onde se estaria bastante tentado a se referir a uma constante histórica, ou a um traço antropológico imediato, ou ainda a uma evidência se impondo da mesma maneira para todos, trata-se de fazer surgir uma “singularidade”. [...] Além disso, a “acontecimentalização” consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc., que, em um dado momento, formaram o que, em seguida, funcionará como evidência, universalidade, necessidade.¹⁰

Foucault trabalha no sentido de afirmar que nada está em evidência, mas que é o historiador quem deverá apontar e tornar algo evidente. Consequentemente, com isso, o historiador também determinará o que é secundário e o que sequer deve ser mencionado. É uma questão, portanto, de escolha. Ninguém conta tudo o que aconteceu, nem mesmo o historiador. E aquilo que um historiador conta corresponde às suas escolhas intelectuais, ideológicas, políticas. Basta observarmos, por exemplo, quando uma mesma história é reproduzida em um livro, em uma peça teatral e em um filme. Essas três formas de interpretação costumam evidenciar questões diferentes do mesmo acontecimento. Por essa razão, há uma necessidade de se questionar os mais variados esquemas de interpretação.

¹⁰ FOUCAULT, Michel. Mesa-redonda em 20 de maio de 1978. In: *Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 339.

Quando, por exemplo, argumenta-se que a luta entre classes sociais serve como explicação de todas as questões, estabelece-se que há uma forma única e universal de interpretação. No entanto, é preciso problematizar esse esquema, pois quando uma suposta verdade é estabelecida, significa que há alguém ou algum grupo estabelecendo-a. E quem costuma estabelecer uma verdade como universal? Quem está no exercício do poder. Como Foucault foi um filósofo da diferença, da subjetividade e não da identidade e da semelhança, não há, para ele, verdades a serem estabelecidas.

Acontecimento é, portanto, aquilo que muda, que difere, que rompe com a noção de continuidade. Trata-se de uma espécie de acúmulo e de relação de forças, de uma negação das estruturas, permitindo que a História seja vista não como uma reprodução fiel do passado, mas como um conjunto de configurações capaz de construir enredos, cenas, imagens, formas e tantas outras categorias.

Há que se considerar que um acontecimento não surge do nada. É indispensável ter cuidado com o uso da noção de necessidade em História, ou seja, é preciso verificar os processos múltiplos que constituíram um acontecimento. É do historiador a responsabilidade de fazer a análise e a decomposição das diferentes séries conceituais e documentais que constituem determinado acontecimento. Trabalhar com acontecimento é, portanto, aquilo que Foucault chama de mapear as emergências.

Fazer História é mapear as diferenças entre o presente e o passado, percebendo assim as discontinuidades e não as continuidades. Aliás, o resultado da pesquisa histórica está no encontro das singularidades, não havendo, na opinião de Foucault, generalizações antropológicas a serem feitas, uma vez que não existe uma universalidade do homem, pois todo *status* social é resultado de uma construção.

Durval concluiu a primeira sessão afirmando que “um trabalho acadêmico deve ser uma experiência de liberdade e não uma submissão às formas de liberdade”. Escrever a história, portanto, deve ser um exercício livre. O historiador, nesse sentido, trabalha com o acontecimento presente nos registros. Isso, no entanto, não significa que o objeto a ser estudado suscitará os problemas. Ao contrário, será o problema que recortará os elementos da narrativa e que determinará o que será tratado e recortado. Assim, o objeto é que resultará dos problemas colocados e não o contrário, conforme o clássico modelo cartesiano.

Por que, por exemplo, Foucault critica a História Social? Porque, para ele, há bem mais a ser tratado do que a mera estrutura social. Há construções culturais, subjetivações, variações, entre outras categorias, que acabam por associar a sua crítica muito mais à chamada História Cultural. A função do intelectual, para Foucault, não é reproduzir o que já foi dito, mas problematizar, provocar ou mesmo transgredir.

SOBRE AS AÇÕES

Para Foucault, o discurso é em si mesmo uma prática que se expressa de diferentes maneiras (ex. escrita, fala, pensamento), entendendo o pensar como ação, ou seja, todo pensar é por si só um agir.

Quem escreve, o faz para de alguma maneira intervir no mundo. As ideias, à medida que se constroem, deverão ser pensadas como ações.

Toda ação pretende alcançar uma meta, articular-se com as ações de outros e transfigurar o que é real, provocando certos deslocamentos do mundo empírico. Por consequência, toda ação humana utiliza-se de instrumentos, mecanismos e tecnologias, ainda que subjetivos, ou seja, correspondentes ao sujeito, pois toda ação está diretamente ligada à condição humana, portanto, terá sempre uma dimensão política.

Foucault valorizava a capacidade humana de ação política, o que, inclusive, fez parte de sua própria experiência pessoal, quando assinara manifestos ou expressara-se politicamente, em diferentes circunstâncias.

Assim, no campo da intelectualidade, de que maneira Foucault entendia a relação entre a importância dessa ação de pensar e a experiência de liberdade mencionada anteriormente? Para ele, o intelectual não deve ficar emparedado e conformado, mas, de maneira livre, pensar o presente de uma maneira diferente da que ele é. As artes, por exemplo, são formas de liberdade, fazendo com que o mundo seja pensado e visto de um modo diferente do que é. Para isso, é necessário levar em consideração novas possibilidades de poesia, de escrita, de expressão artística.

A prática historiográfica, por sua vez, deve ter essa mesma liberdade. Não diferentemente do que comentamos antes, trata-se de uma ação que implica em pensar sobre si mesmo no sentido de transformar-se, recriar-se. Não se pode fazer um trabalho de pensamento e sair da mesma forma, sem experimentar alguma mudança. As transformações do mundo começam, antes de tudo, dentro do próprio sujeito. Foucault não acreditava num sujeito do tipo supra-histórico mas, como Nietzsche, em um sujeito que é produto de seu mundo e de seu tempo.

No trabalho de pesquisa, por exemplo, o historiador envolve-se numa espécie de aventura, em busca de descobertas, de informações desconhecidas. Essa aventura, que não deixa de ser uma prática historiográfica, pode ser conduzida de duas maneiras: aquela que se sustenta através do recurso da invenção e aquela que significa efetivamente uma descoberta. Independentemente do caminho escolhido pelo historiador, ele terá de escrever a partir do arquivo no qual estiver vivendo a sua aventura. O fato, contudo, é que o arquivo muitas vezes limita a capacidade de invenção do aventureiro. Este, por sua vez, terá de agir pensando – ou pensar agindo – no sentido de articular as descobertas com a sua capacidade de invenção e, com isso, escrever.

Para Foucault, pensar é agir com o objetivo de mudar o mundo. Mas, as ideias precisam existir. Não se escreve, não se expressa, não se vai às ruas sem ideias. Portanto, o real não se restringe à dimensão empírica, apenas, mas também considera os conceitos, as ideias, o pensamento. Conforme disse Durval em sua exposição: “o mundo é conceitual para todo ser humano, do camponês ao acadêmico.” É necessário ter conceitos para compreender e explicar o mundo ao qual se pertence, e o que é mais importante: não há conceitos inatos, pois todos são construídos no ser humano.

Se todo conceito é construído no ser humano, não há conceito absoluto, não há discurso verdadeiro, mas há uma separação entre o que Foucault chama de palavras e de coisas. Para ele, existem relações de poder entre as palavras e as coisas, aproximando-as, fazendo com que elas se articulem. Toda relação que se estabelece entre palavras e coisas é, em certa medida, arbitrária, imposta por interesses institucionais.

O historiador, quando se vê diante da necessidade de escolher temas, correntes de pensamento, referenciais teóricos, encontra-se inserido num jogo político. Assim, como uma prática de pensamento deverá obedecer a regras, sua constituição será formada por um caráter sistemático, o que não anulará necessariamente a ação de liberdade comentada anteriormente. Se toda prática é pensamento e ação empírica, o historiador terá de trabalhar no sentido de articular tanto as regularidades como as singularidades da sua pesquisa. Cabe ao próprio aventureiro mostrar o caráter único, ou seja, a singularidade que há em sua busca, em sua pesquisa.

SOBRE AS PRÁTICAS DISCURSIVAS E O TRABALHO DO HISTORIADOR

Práticas discursivas podem ser entendidas como um conjunto de regras anônimas e históricas, de determinada época. Não apenas o anúncio, a pronúncia, mas as regras que possibilitam um discurso de toda uma época ou período. Ao historiador, cabe aprender essas regras.

As regras também mudam, pois dependem de ações deliberadas, de novas ideias e perspectivas. José Saramago, por exemplo, transgredia as regras da língua e, com isso, dava forma a uma nova concepção literária. Os historiadores, infelizmente, preferem, muitas vezes, as delimitações e os espaços já dados, estabelecidos.

Para Foucault, o historiador deve partir do documento e fazer, ele próprio, os recortes necessários. Para isso, há que se ter atenção às categorias espaciais do documento. Normalmente, o historiador recorre a recortes temporais, metodológicos e espaciais prontos. Assim, parece esquecer que cada tema tem temporalidade própria. Muitos, contudo, ainda insistem em pensar a história seguindo a velha linha do tempo.

Para pensar a relação entre diferentes práticas, Foucault cunhou um conceito ao qual denominou “dispositivo”. Este é o seu objeto de análise, incluindo tanto as práticas discursivas como as não discursivas, pois está pensando nas práticas e nas relações de poder. O dispositivo, composto por uma série de práticas discursivas, é um conjunto estratégico, no qual relações acontecem e articulam-se de diferentes maneiras.

Fazer História é, nesse sentido, recuperar essa dimensão da descrição. Por isso Paul Veyne também considerava Foucault uma espécie de positivista feliz, que não se culpava por descrever, pois não se empenhara em meramente descrever o fato, mas as categorias, as práticas, entrando por qualquer lugar, pois não há uma porta de entrada obrigatória, única, privilegiada, pela qual todo historiador deva

entrar para realizar sua pesquisa. Antes, é o problema, no presente e não no passado, que determina o lugar pelo qual o historiador deverá entrar. Há diferentes alternativas de entrada, mesmo quando há menos certezas e seguranças. Eis o caráter aventureiro do trabalho do historiador, um trabalho livre, sem configurações metodológicas prévias e, ao mesmo tempo, um trabalho responsável.

Nas práticas discursivas há o que Foucault chamaria de regularidades, ou seja, não se deve pensar nessas práticas como resultantes de um processo de continuidade ou mesmo de representações. Quanto a isso, Foucault afirma ter aprendido muito com a noção de longas temporalidades, da Escola dos *Annales*, pensando ao mesmo tempo nas etapas, nos recortes, nos deslocamentos e nas rupturas. Mas só é possível pensar nessas rupturas se for feito um mapeamento das regularidades.

Outro conceito que aparecerá no pensamento foucaultiano é o de proveniência. Foucault, como Nietzsche, rejeitava a noção de origem, na qual há, segundo ele, certa dispersão. No lugar de origem, Foucault prefere a desconstrução dos discursos e das práticas, no sentido contrário, ou seja, do hoje à origem, e não da origem ao hoje, como sempre se fez, seguindo a tradicional linha do tempo.

Essa espécie de método genealógico mostrará que o sujeito é habitado por uma diversidade. Entre o sujeito e as suas origens, ao contrário do que costuma ser defendido, não há continuidades, mas descontinuidades. Portanto, todos somos uma dispersão no que diz respeito à nossa genética. A prova disso, no comentário de Durval, é que “muitos sangues se juntaram antes até se chegar a um certo sujeito, o que mostra o fator descontinuidade”.

Todo trabalho historiográfico, conforme esse raciocínio, só será mais um trabalho, mais um olhar, mais uma versão. Não há mais, por exemplo, como se pensar na história geral do que quer que seja, mas em uma entre tantas outras possíveis histórias e leituras acerca de um determinado elemento ou tema. Assim, para Foucault, é preciso reformular a historiografia. De que maneira, a princípio?

Foucault propõe que a História desconstrua as identidades, mesmo porque elas são resultados de uma construção, de uma produção que visava atender a interesses, a estratégias e a jogos de poder. Por isso a História, para ser reformulada, precisa desconstruir dados identitários estabelecidos. As noções de que a mulher nasceu para ser mãe e doméstica e o homem para ser pai e chefe da família são exemplos de dados identitários que devem ser desconstruídos. Aliás, os conceitos de maternidade e paternidade são construções simbólicas que devem ser questionadas, problematizadas e desconstruídas, pois não passam de identidades não fixas, construídas culturalmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho do historiador, na perspectiva de Foucault, deve ser marcado pela ação de problematizar o que foi contado e o que foi imposto como verdade. É necessário saber que o passado serve para questionarmos aquilo que se entende por naturalidade do presente. Assim, a História servirá

para que o historiador possa medir a distância e a diferença que há entre um tempo e outro, entre passado e presente.

O grande problema é que a História quase sempre foi pensada como processo; entretanto, na realidade, o recorte de tempo e de espaço para que se possa entendê-la deve ser feito pelo historiador, o qual deve estar certo de que não há um começo e um fim temporais ou espaciais a serem obedecidos. Isso é fazer História com liberdade.

REFERÊNCIAS

67

- ALBUQUERQUE JR. Durval Muniz de. *História: a arte de inventar o passado*. Bauru: Edusc, 2007.
- CASTRO, Eduardo. *Vocabulário de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento*. São Paulo: Unesp, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.
- VEYNE, Paul. *Foucault: seu pensamento, sua pessoa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.